



Governança da Coalizão Brasil

O principal papel da Coalizão é articular e facilitar ações para o país promover um novo modelo de desenvolvimento econômico, pautado na economia de baixo carbono. Para isso, o movimento **estimula o diálogo** entre seus participantes, com governos e instituições em geral; **identifica entraves** e busca soluções para a implementação de uma economia de baixo carbono; **auxilia a definir caminhos** para concretizar tais soluções; **monitora a implementação dessas ações**; e **comunica o andamento** desses processos à sociedade.

Para decidir sua estratégia e a melhor forma de executá-la, a Coalizão Brasil organiza-se em instâncias com diferentes papéis e responsabilidades:

- Coordenação Executiva: responsável pela gestão de todas as atividades da Coalizão;
- Grupo Estratégico (GE): instância que cuida das diretrizes, dos temas centrais e da coesão do movimento. Além disso, é a instância responsável pela aprovação final das manifestações públicas da Coalizão (*veja mais abaixo*).
- Grupo Executivo (GX): atua mais próximo da Coordenação Executiva e trata da implementação das decisões do GE em nível operacional, assim como da aprovação de materiais da Coalizão, exceto manifestações públicas (aprovação final do GE).
- Facilitador: responsável pela integração dos participantes do Grupo Executivo e do Grupo Estratégico e por orientar a Coordenação Executiva.
- Fóruns: os debates sobre os diversos assuntos da agenda de clima, florestas e agricultura começam dentro dos fóruns temáticos, com ampla participação dos membros. O objetivo dos fóruns é garantir aos membros da Coalizão um espaço de diálogo contínuo e o acompanhamento de temas importantes à atuação dos atores dessa agenda. Além disso, os Fóruns são a instância na qual se iniciam os processos de alinhamentos gerais da Coalizão e os consensos ou consentimentos para manifestações públicas que, posteriormente, são aprovadas pelo Grupo Estratégico. Os Fóruns são uma forma de estimular o debate e indicam caminhos para que as questões sejam tratadas por meio das Forças-tarefas (FTs). Portanto, não são uma instância de aprovação, mas de definição de encaminhamentos, que serão executados nas FTs.
- Forças-tarefas (FTs): caso os debates dos fóruns resultem em uma proposta concreta de ação para a Coalizão, é criada uma Força-Tarefa, que será formada por até cinco membros, responsáveis por um plano de trabalho com ações e prazos específicos para sua implementação. As FTs são transitórias, uma vez que possuem objetivo final estipulado desde a sua criação. Os Fóruns devem ser constantemente atualizados acerca dos encaminhamentos das FTs, no entanto, a tomada de decisão sobre as ações fica restrita aos líderes da FT. Cada FT contará com o apoio de um “padrinho” e “madrinha”, ou seja, um membro do GE com capital técnico e político para apoiar as iniciativas estratégicas da Coalizão.



Consenso ou consentimento

Impulsionar o Brasil rumo à liderança global da economia sustentável e de baixo carbono depende da **união dos esforços de todos os setores** da sociedade. Essa **diversidade** é peça-chave para lidar com temas complexos.

Para se chegar a um **consenso** ou, em alguns casos, em um **consentimento** – quando nem todos concordam inteiramente com a proposta, mas permitem a manifestação do movimento em prol de um objetivo comum – a Coalizão exerce continuamente o diálogo entre seus membros.

O resultado final é expresso e divulgado por meio das manifestações públicas (posicionamentos e comunicados) da Coalizão Brasil, que refletem a opinião e as propostas do movimento sobre a agenda de clima, florestas e agricultura.

Em apenas 2 anos, foram produzidos mais de [40 posicionamentos](#) construídos de forma coletiva e com base no diálogo entre os diferentes atores da sociedade.

Processos de elaboração e aprovação de posicionamentos e comunicados

A demanda por uma manifestação pública (posicionamento ou comunicado) da Coalizão pode surgir a partir de qualquer instância (Coordenação Executiva, GE, GX, Fóruns e FTs) ou de uma provocação de um grupo de membros da Coalizão não vinculado a essas instâncias. Para encaminhar a demanda, a Coordenação Executiva deve ser envolvida para decidir o processo (*veja abaixo*) mais adequado para identificação do consenso/consentimento. Esse processo pode envolver um debate amplo dos membros, um alinhamento entre atores específicos ou outras ações de diálogo.

O diálogo da Coalizão acontece por meio de reuniões presenciais, calls, webinars e grupos de WhatsApp. Os processos para elaboração e aprovação das manifestações será detalhado a seguir.

• Demanda de Fóruns/FT e validação do GX

Caso um dos Fóruns/FTs inicie a elaboração de uma manifestação, é preciso que o texto seja aprovado por todos os membros do FT¹ e, em seguida, encaminhado à Coordenação Executiva. A Coordenação tem o papel de realizar uma primeira avaliação da manifestação e edições de texto para que a linguagem esteja alinhada aos demais materiais do movimento e para que fique clara sua relação com o [Livro Verde](#). Caso as edições de texto sejam muito significativas, o documento volta ao FT para nova aprovação.

Com o texto já alinhado entre FT e Coordenação Executiva, a manifestação é submetida ao GX para a primeira etapa de validação. O GX tem autonomia para editar o texto, já que possui representatividade entre os diferentes setores da Coalizão. É possível que o GX sugira incluir novos temas em uma mesma manifestação. Se esses temas ainda não tiverem sido debatidos

¹ Não é necessária a aprovação individual de todos os membros do FT, mas é fundamental garantir que os diferentes setores (sociedade civil, setor empresarial e academia) estejam de acordo com a manifestação. Para isso, os líderes do FT devem consultar representantes desses setores, inclusive aqueles com posições tradicionalmente mais extremas.



na Coalizão, o texto editado volta para nova validação do FT.

O GX submete a manifestação já alinhada entre ele, a Coordenação Executiva e o FT para aprovação ou conhecimento do GE, indicando se seus membros apoiam a manifestação ou se possuem alguma ressalta. A decisão final fica sob responsabilidade do GE.

Obs.: O GE é o responsável pela aprovação final das manifestações públicas da Coalizão. No entanto, para assuntos operacionais ou não estratégicos, o GX é a instância final de aprovação.

- **Aprovação do GE**

A instância responsável pela aprovação final de todos os posicionamentos e comunicados é o GE. Para isso, são definidos prazos para manifestação dos membros do GE, podendo ser de 24h ou de 48h para checar o consenso, consentimento ou objeções de seus membros.

Apenas as manifestações já devidamente debatidas e consensuadas nas instâncias anteriores são submetidas ao GE. Caso haja um amplo apoio à manifestação, mas alguns pontos de ressalva, impedindo que se diga que o texto representa um consenso ou tem consentimento dos atores das instâncias anteriores, essas observações devem ser informadas ao GE na submissão do texto.

A ação do GE em relação ao texto varia de acordo com sua natureza:

Comunicados: manifestações sobre assuntos que já abordados pela Coalizão em posicionamentos prévios. Os comunicados são enviados ao GE a título de conhecimento, ou seja, não precisam de aprovação. Qualquer objeção ao comunicado deve ser expressa pelo GE em até 24h.

Posicionamentos: manifestações sobre assuntos novos ou presentes apenas no Livro Verde. Os posicionamentos são submetidos para aprovação do GE, que tem autonomia para editar e propor mudanças ao texto. Os membros do GE têm 48h para aprovação dos posicionamentos.

A Coordenação Executiva indicará ao GE a natureza de cada manifestação.

- **Objecção**

Caso não seja possível chegar a um consenso ou consentimento no processo de aprovação do GE, a Coalizão Brasil preza pela transparência. Por isso, quando houver objeção por parte de algum membro para uma manifestação pública da Coalizão, ele deverá informar os motivos dessa posição por e-mail enviado a todos os membros do GE.

Integrantes GE e GX

O GE é composto por representantes de alto nível dos diversos segmentos que integram a Coalizão — setor privado, organizações da sociedade civil e academia. São membros do GE, atualmente:



- Andrea Apponi - Diretora-executiva do Instituto Arapyau
- André Guimarães - Cofacilitador da Coalizão e Diretor-executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)
- Beto Mesquista – Fundador do Diálogo Florestal
- Carlos Nobre- Membro da Academia Brasileira de Ciências (representante da Academia)
- Carlos Rittl - Secretário-executivo do Observatório do Clima
- Elizabeth Carvalhaes - Presidente-executiva da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá)
- Elizabeth Farina- Diretora presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA)
- Guilherme Leal - Fundador da Natura e do Instituto Arapyau
- João Paulo Capobianco- Membro do Conselho Diretor do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS)
- José Luciano Penido - Presidente do Conselho de Administração da Fibria
- Luiz Cornacchioni- Cofacilitador da Coalizão e Diretor-executivo da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag)
- Marcelo Furtado - Diretor-executivo do Alana Foundation
- Marcelo Vieira - Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)
- Marina Grossi - Presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds)
- Maurício Voivodic - Diretor-executivo da WWF Brasil
- Rachel Biderman - Diretora-executiva do World Resources Institute (WRI)
- Ricardo Young – Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos
- Roberto Waack - Presidente da Fundação Renova
- Rodrigo Castro – Gerente Nacional da Solidaridad Network
- Sérgio Mindlin - Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos
- Sylvia Coutinho - Presidente da UBS Brasil
- Tasso Azevedo - Especialista

O GX, com um número menor de integrantes, também conta com representantes do setor empresarial e socioambiental. São membros do GX, atualmente:

- Ana Carolina Szklo - Diretora de Desenvolvimento Institucional no Cebds
- Ana Cristina Barros - Diretora de Infraestrutura Inteligente para a América Latina na The Nature Conservancy (TNC)
- André Guimarães - Cofacilitador da Coalizão e Diretor-executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)
- Carlos Roxo - Membro do Comitê de Sustentabilidade do Conselho da Fibria
- Luana Maia - Coordenadora executiva da Coalizão
- Luiz Cornacchioni - Cofacilitador da Coalizão e Diretor-executivo da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag)

Fóruns na Coalizão:

Os cinco Fóruns de Diálogo da Coalizão Brasil são:

Floresta Nativa

Escopo

- Restauração



- Silvicultura de nativas
- Concessões florestais
- Combate à madeira ilegal
- Produtos florestais não madeireiros
- Novos materiais/bioprodutos
- Manejo florestal
- Assistência técnica e extensão rural
- Transferência, difusão e acesso à tecnologia e informação
- P&D e Inovação
- Mitigação e adaptação baseada em ecossistemas
- Valorização da floresta em pé
- Fortalecimento do sistema de áreas protegidas
- Interfaces com o Código Florestal
- Monitoramento das emissões e remoções
- Relação da sociedade com a natureza

Líderes

- Dario Guarita Neto (Amata)
- Jeanicolau de Lacerda (Precious Woods)
- Leonardo Sobral (Imaflora)
- Miguel Calmon (WRI)
- Paulo Barreto (Imazon)

Instrumentos Econômicos

Escopo

- Recursos financeiros
- PSA
- REDD+
- Crédito agrícola

- Financiamento público/privado
- Mecanismos inovadores
- Precificação de carbono
- Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável – MDS
- Geração de demanda por produtos de baixo carbono
- Tributação
- Seguro e resseguro

Líderes

- Ana Carolina Szklo (Cebds)
- Ana Cristina Barros (TNC)
- Gustavo Pinheiro (ICS)
- João Augusti (Fibria)

Políticas Públicas

Escopo

- Governança de políticas públicas
- Implementação do Código Florestal
- Licenciamento ambiental
- Assistência técnica e extensão rural
- Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)
- Zoneamento Agroecológico
- Oportunidades x passivo ambiental
- Combate à ilegalidade
- Papel do Estado
- Governança do uso da terra e regularização fundiária
- Monitoramento, transparência e accountability
- Aproveitamento econômico da Reserva Legal
- Políticas públicas para recursos hídricos
- Infraestrutura e logística

Líderes

- Andreia Bonzo (Pinheiro Neto Advogado)
- Beto Mesquita (BVRio)
- João Adrien (SRB)
- Leandro Aranha (Geoflorestas)
- Luiz Cornacchioni (Abag)
- Rodrigo Lima (Agroicone)
- Yuri Feres (Cargill)

Desmatamento

Escopo

- Desmatamento legal e ilegal
- Estratégias para redução da conversão de vegetação nativa
- Valorização da floresta em pé
- Monitoramento
- Impacto econômico, social e ambiental
- Destinação de áreas não designadas
- Degradação
- “Ciência do clima”
- Ecossistemas/Paisagens sustentáveis
- Monitoramento das emissões

Líderes

- André Nassar (Abiove)
- Fabíola Zerbini (TFA)
- Juliana Lopes (Amaggi)
- Paulo Moutinho (IPAM)
- Pedro Soares (Idesam)

Agropecuária e Silvicultura

Escopo dividido em 6 macro temas:

1. ABC: Sistemas integrados e de sequestro de carbono, mitigação e adaptação às mudanças climáticas

- SAF
- Recuperação de pastagens
- Produtividade e intensificação sustentável
- Conservação de solo e água
- Florestas plantadas
- ILPF
- Adaptação às mudanças climáticas

2. Pesquisa e extensão

- P&D e inovação
- Transferência, difusão e acesso à tecnologia e informação
- Assistência técnica e extensão rural
- Monitoramento de emissões e remoções

3. Produção, distribuição e acesso

- Logística
- Perdas/desperdício
- Economia circular
- Infraestrutura

4. Agricultura familiar integrada ao sistema econômico

- Indicador de melhoria social

5. Cadeias produtivas de baixo carbono

- Novos materiais

- Bioprodutos
- Bioenergia

6. Mão-de-obra e geração de renda

Líderes

- Ângelo Gurgel (GVAgro)
- Carlos Roxo (Fibria)
- Ciniro Costa Júnior (Imaflora)
- Eduardo Bastos (AIPC)
- Ivone Namikawa (Klabin)
- Júlia Tauszig (UNICA)
- Juliana Monti (Abag)
- Leda Tavares (WWF)